

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

E não era por acaso que o proletariado autêntico (...) era sepultado (...) em valas comuns» (p. 100).

Um outro aspecto extremamente positivo deste trabalho é o profundo conhecimento que o Autor tem de (ousamos dizê-lo) *toda* a bibliografia epigráfica publicada. Dai que seja da maior utilidade a parte final de cada um dos capítulos, onde G. C. Susini apresenta, devidamente comentada, a bibliografia correspondente à temática nele abordada. Nem que fosse só por isso, *Epigrafia Romana* revelava-se já da maior utilidade: a sua modesta aparência de livrinho de bolso esconde, de facto, um marco importante na investigação epigráfica mundial.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Georges FABRE, *Libertus — Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de le République Romaine*, n.º 50 da Collection de l'École Française de Rome, Palais Farnèse, Roma, 1981. XVI + 427 pág., 50 fotografias, 3 mapas.

Depois do volume II das «Fouilles de Conimbriga» (Paris 1976), dedicado à epigrafia daquela cidade lusitana, precedido e seguido por excelentes artigos de síntese acerca da realidade sócio-política da Hispânia Romana (citemos, a título de exemplo, o trabalho sobre a demografia do noroeste peninsular publicado na «Latomus», XXIX, 1970, p. 314-340, as observações acerca dos libertos e a vida municipal na Península Ibérica durante o Alto Império («Actes du Colloque sur PÉsclavage», Besançon 1973, Paris 1976 p. 419-457) — habituámo-nos a ver no Prof. Georges Fabre o historiador metuculoso e arguto que, dotado de sólida formação de epigrafista, sabe tirar do monumento epigráfico total as conclusões mais ajustadas.

A sua actividade docente na Universidade de Pau parecia tê-lo impedido — também — de prosseguir numa investigação deveras promissora, mas aqui está o volume *Libertus*, provando que, afinal, o «silêncio» apenas significava a preparação duma obra verdadeiramente original e meritória.

Pode afirmar-se que até Georges Fabre os libertos eram observados um pouco pela rama, com base em fontes literárias (redigidas por quem tinha em relação a eles naturais preconceitos de classe) ou em textos jurídicos que, baseados muito embora numa realidade, apontam sobretudo os ideais a atingir dentro das normas de convivência social. Nada, porém, que penetrasse um pouco na vida real do liberto, no seu modo de pensar e de agir, no seu relacionamento quotidiano com a família do *patronus*.

Essa, a originalidade desta obra: Georges Fabre lançou mão de todas as fontes historiográficas disponíveis e, nomeadamente, da riqueza inexplorada dos monumentos epigráficos esculturados, a que atribui lugar privilegiado, dando importância a todos os pormenores: ao gesto, à direcção do olhar, às proporções, à paginação do texto. As conclusões da análise são, pois, do

maior interesse, apoiando e/ou modificando conceitos há muito repetidos sem documentação suficientemente comprovativa. Isso lhe permitiu esclarecer as relações individuais e familiares dos libertos, as relações entre co-libertos, as ocupações (mormente artesanais), divindades associadas à libertação, as regras da nomenclatura, o próprio gosto estético; inclusive uma observação cuidada dos *elogia* exarados nos epitáfios deu azo a que se conhecessem as aspirações dos libertos, o universo afectivo e moral da sua vida.

Escolheu G. Fabre como âmbito cronológico da sua pesquisa o período que medeia entre a 2.^a Guerra Púnica (que tamanhas modificações introduziu na vida romana) e o dealbar do Império, um período com efectiva originalidade e uma certa coerência apesar das transformações nele ocorridas. Dessas transformações tomaria o imperador Augusto plena consciência, adoptando medidas que determinaram nova problemática neste domínio, como por exemplo a criação de novo *corpus* legislativo, o aparecimento da *Familia Caesaris*, outras condições de trabalho dadas aos especialistas em Direito e, finalmente, a limitação da participação dos libertos na vida cívica (p. IX-X).

Foram objectivos da sua investigação: tentar chegar à própria origem do acto liberatório, reencontrar as formas e o significado social da nomenclatura do liberto, analisar os aspectos propriamente pessoais da relação senhor/liberto (tendo em consideração o estatuto ou a posição social deste último), medir a extensão das obrigações económicas e, nomeadamente, dos serviços devidos pelos libertos.

Estuda o Livro I os fundamentos e a expressão do laço existente entre o senhor (*patronus*) e o liberto. Em primeiro lugar, os aspectos jurídicos e humanos da criação desse laço: a libertação formal [*voluntas domini*, *manumissio censu*, *manumissio vindicta*, libertação por disposição testamentária], os limites da vontade do senhor (casos especiais de libertação, intervenção do Estado), escravatura e liberdade («favor libertatis», «*spes libertatis*»). Depois, a importância do estudo da onomástica como forma de mais facilmente se detectar a afirmação real desse laço (realce dado ao elemento individualizante, a expressão da dependência em relação ao senhor). Se a primeira parte deste Livro I se baseia predominantemente nos textos jurídicos, a segunda (p. 93-124) assume relevo especial porque fundada em exaustiva análise das epígrafes republicanas, não só das que constam do CIL I² (G. Fabre teve acesso ao manuscrito de Solin) como também de inúmeras outras, algumas ainda inéditas, dispersas pelos museus que demoradamente visitou. Chamamos a atenção para a particular importância do estudo feito acerca da introdução do *cognomen* como elemento individualizante (que distingue o liberto do resto da *plebs ingenua*) quando o *praenomen* deixou de o ser (nomeadamente face ao *patronus*) e o problema que essa introdução acarreta permitindo, na prática, uma «confusão» entre escravo e liberto. Daí que para a maioria dos libertos escrever o nome na pedra fosse «o meio social de fixar (para a eternidade, esperavam eles) a sua existência enquanto pessoas de condição livre. Expulsos da História pelos escritores de origem aristocrática,

apenas lhes restava escrever sobre os epitáfios a sua história individual ou familiar» (p. 124).

O Livro II versa os aspectos jurídicos e humanos da relação entre o senhor e o liberto, primeiro no seu quadro material e humano (p. 129-215) e depois no âmbito propriamente pessoal (p. 217-265). Refere-se, com base nos dados literários, jurídicos e arqueológicos, a co-habitação do liberto e seu senhor durante a vida e mesmo na «residência dos mortos» (quadro material), passando-se depois ao estudo dos aspectos jurídicos e sociológicos da vida familiar dos libertos (tipos e valor jurídico das uniões, a expressão da vida familiar — aqui com muito relevo para o * dados escultóricos e epigráficos). Em relação a este último aspecto, o Autor conclui que os libertos se unem geralmente com outros libertos, uniões predominantemente informais, sendo bastante o círculo da *gens* do senhor para englobar o essencial dessas relações (p. 214).

Para completar o quadro, aborda Georges Fabre, no Livro III, os aspectos económicos que envolvem o relacionamento entre o senhor e o liberto e sobre os quais muito se tem especulado dada a sua importância. Também aqui a análise do Autor é arguta, pondo em confronto as diversas fontes de que dispõe para determinar: A) a intervenção do senhor na aquisição e na devolução dos bens do liberto (p. 269-315); B) a fiscalização exercida pelo senhor sobre as actividades do liberto (p. 317-357): os seus fundamentos, o liberto ao serviço do senhor, a actividade profissional do liberto — autonomia ou dependência? (o Autor conclui pela dependência, que pode inclusive subsistir para lá da morte do senhor — p. 361).

A bibliografia é apresentada por fontes e por obras e artigos de referência. Há índices: de fontes (aqui, nem todas as referências vêm anotadas), de antropónimos (por gentilícios), de topónimos, de teónimos e por assuntos. As fotografias são da melhor qualidade. Os dois primeiros mapas patenteiam a distribuição dos libertos de cidadãos romanos, um na Península Itálica e outro no mundo romano; o terceiro mapa refere-se aos patronatos múltiplos.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Memorias de Historia Antigua, II — 1978. Actas del Coloquio 1978 «Colonato y otras formas de dependencia no esclavistas». Instituto de Historia Antigua, Universidade de Oviedo, 1980.

Com uma periodicidade exemplar, organiza o Instituto de História Antiga da Universidade de Oviedo, colóquios anuais que congregam, em redor dum tema comum, especialistas espanhóis. É feliz a ideia daquele Instituto jovem, pelo dinamismo que representa, pela troca de impressões que proporciona e, sobretudo, pelas Actas que daí resultam.

Neste caso, de 1978, tal como já sucedera em 1977, as comunicações têm cariz científico variável e alargam-se a zonas exteriores à Península Ibérica. Talvez seja esse um dos pontos a melhorar em futuros colóquios: